

Ministro rebate as críticas

AGÊNCIA ESTADO

"Foi o próprio Congresso que pediu isso." A afirmação foi feita ontem em Brasília, pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, rebateando as críticas de parlamentares de que o Executivo enviou o pacote econômico ao congresso no final do período legislativo, sem margem de tempo que permitisse uma análise mais profunda da matéria. Funaro revelou que os parlamentares lhe encaminharam pedidos para que o projeto fosse encaminhado após as eleições municipais — pois a maioria deles não estaria em Brasília nas vésperas do pleito — e também após a votação da Constituinte.

O ministro da Fazenda fez questão, ainda, de assumir parte da responsabilidade pela falta de explicações técnicas em relação ao pacote; e a consequente divulgação de informações e comentários desencontrados pela imprensa. Ele argumentou que a "divulgação ficou muito em cima da hora" e que logo após teve que viajar na comitiva do presidente José Sarney na visita à Argentina. Na última sexta-feira, um dia após a divulgação do projeto do governo, nenhum ministro da área econômica esteve em Brasília, bem como a maioria de seus principais auxiliares e assessores de escalões inferiores.

Funaro continuou evitando discutir a possibilidade de o Congresso não aprovar o pacote econômico até o próximo dia 5, gerando a possibilidade do

presidente José Sarney vir a implementá-lo por meio de um decreto-lei. "Vai ser pelo Congresso", afirmou, explicando que até aquele momento (início da tarde) estava acompanhando as discussões no Legislativo e que os estudos da Comissão de Economia da Câmara tinham sido "muito bons, com todos os parágrafos do projeto aprovados".

Quanto à retirada da pauta de discussão do decreto sobre privatização das empresas estatais, o ministro Dilson Funaro disse que a medida não precisaria ter sido efetivada. "Foi uma coisa extremamente pequena, mas nós estámos fazendo a correção", afirmou. O ministro observou que o governo não correria o risco de perder o controle acionário mesmo com o projeto sendo aprovado com a pequena incorreção.

"GOVERNO SÉRIO"

"Esse é um governo extremamente sério, que não pode conviver com a desordem orçamentária herdada do governo anterior", afirmou Funaro durante debate no programa "Crítica e Auto-critica", apresentado pela TV Bandeirantes no domingo à noite. Para o ministro, o pacote econômico traz uma mudança radical: "Estamos saindo da fase da retórica em que todo mundo criticava a ação do governo na economia e estamos passando para a ação prática que naturalmente não pode agradar a todo mundo".

Após observar que pacote é uma

expressão negativa herdada do regime autoritário, Funaro assinalou que as propostas encaminhadas ao Congresso resultaram de amplo debate com diversos segmentos da sociedade e devem ser aprovadas democraticamente. No conjunto, esclareceu, todas essas medidas objetivam reduzir o déficit público e melhorar a distribuição da renda.

O ministro observou que "o Brasil é um país fantástico", mas que o crescimento concentrador de renda não pode ser apontado como sucesso para nenhum governo e muito menos interessante ao atual. Entre 1960 e 1980, segundo o ministro, a participação de 10% da população mais rica do País no Produto Interno Bruto aumentou de 37% para 51%.

JUSTIÇA FISCAL

Pelo novo pacote, segundo o ministro, 1,2 milhão de trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos deixarão de pagar Imposto de Renda no próximo ano. Para os que ganham até seis salários mínimos e não têm dependentes, haverá uma redução de 75% na carga tributária, sem considerar que contribuintes com três dependentes, mesmo que ganhem sete salários mínimos, não pagarão imposto no próximo ano. Para as faixas salariais mais elevadas, o ministro admitiu que haverá um aumento da carga tributária.

"Mas no conjunto" — disse Funaro — "houve uma redução do imposto sobre os salários. Não tributamos também o mercado primário e secundário de ações porque entendemos que as bolsas têm um papel muito importante no processo de fortalecimento da empresa privada nacional. Assim, o aumento da tributação ficou todo concentrado nos ganhos de capital e nas empresas que tiverem que antecipar o pagamento".

Funaro justificou também a mudança do Índice Geral de Preços (IGP) pelo Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) para cálculo da inflação, assegurando que "nossa única compromisso é a verdade". Como o governo havia vendido em leilão pelo menos 70% do milho consumido e os preços de leilão não eram considerados pelo critério anterior de cálculo da inflação, Funaro disse que o índice atual é mais realista. A mudança, segundo ele, nada teve a ver com o percentual recorde de apurado pela FGV mas com a necessidade de se estabelecer um critério justo entre o reajuste dos salários e do capital.



Funaro: 'Não se pode conviver com a desordem orçamentária'